

Linha de base e recomendações: Envolvimento das organizações da sociedade civil no processo multilateral e multissetorial de governança da Internet

Janeiro de 2025



Agradecimentos

Pesquisado e escrito por
Verengai Mabika, Expectation State
Augustus Emenogu, Expectation State

Editado por
Virginia (Ginger) Paque, DiploFoundation

Revisado por
Dra. Stephanie Borg Psaila, Fundação Diplo
Dr. Slavica Karajicic, DiploFoundation
Kenneth Harry Msiska, Forus
Marie L'Hostis, Forus
Karolina Iwańska, ENCL
Neila Zakraoui, Expectation State

Layout, design e revisões
Sol Mokdad, Expectation State, *Arturo Cortés Barbabosa*, Forus, *Bibbi Abruzzini*, Forus, *Lucia Torres*, Forus. Gostaríamos de agradecer a *Vitoria Dacal* pela tradução para o português, a *Wendy & Alain Dubreuil* pela tradução para o francês e a *Álvaro Martínez Bueno & David Helguera* pela tradução para o espanhol.

AVISO

Esta publicação foi cofinanciada pelo sindicato Europeu. O conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Forus e não reflete necessariamente as opiniões do sindicato Europeu.



Acronimos

AC	Comitê Consultivo
ALAC	Comitê Consultivo At-Large
AIGF	Fórum Africano sobre Governança da Internet
BPF	Fórum de Boas Práticas
CADE	Alianças da Sociedade Civil para o Empoderamento Digital
CSO	Organização da Sociedade Civil
CTU	Sindicato de Telecomunicações do Caribe
ECNL	Centro Europeu para o Direito das Organizações Sem Fins Lucrativos
EMODIR	Direção de Educação, Mentoria e Divulgação
HRPC	Considerações sobre o Protocolo de Direitos Humanos
ICANN	Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números
IETF	Força-Tarefa de Engenharia da Internet
IG	Governança da Internet
IGF	Fórum de Governança da Internet
ITU	Sindicato Internacional de Telecomunicações
MAG	Grupo Consultivo Multilateral
NCSG	Grupo de Partes Interessadas Não Comerciais
NRIs	Iniciativas Nacionais e Regionais
MENA	Oriente Médio e Norte da África
PEARG	Grupo de Pesquisa sobre Melhorias e Avaliações de Privacidade
RFC	Solicitação de comentários
SO	Organização de apoio

Índice

Considerações sobre o Protocolo de Direitos Humanos	3
Resumo	5
1. Introdução	7
2. Estratégias para aumentar a participação das OSC	9
2.1 Apoio financeiro e alocação de recursos	9
2.2 Aproveitar a participação remota	10
2.3 Envolvimento da mídia e conscientização	11
2.4 Reduzir as lacunas no fortalecimento de capacidades	14
2.5 Garantir uma representação mais inclusiva e diversificada	16
2.6 Apoiar a colaboração entre organizações da sociedade civil e outras partes interessadas	18
2.7 Fortalecer / Reforçar a participação local	19
3. Potenciais intervenções do CADE	22
3.1 Estabelecer centros regionais de capacitação em GI	22
3.2 Criar um mecanismo de fontes de financiamento sustentável para a participação das OSC	22
3.3 Desenvolver uma caixa de ferramentas de advocacia e promoção da inclusão digital	23
3.4 Lançar um programa de mentoria CSO-IG	23
3.5 Estabelecer uma plataforma de colaboração entre várias partes interessadas	24
3.6 Implementar uma iniciativa de engajamento da mídia liderada por OSCs	24
3.7 Criar uma Força-Tarefa para tecnologias emergentes	25
4. Conclusão	27

Resumo

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são um elo vital entre a infraestrutura técnica e o impacto no mundo real. Sua capacidade de amplificar vozes marginalizadas, defender os Direitos Humanos e promover a prestação de contas é incomparável. Aumentar a participação das OSCs nos espaços de governança da Internet (GI) não se trata apenas de aumentar os números, mas de promover um envolvimento significativo e impactante que forma o futuro da Internet.

A Linha de Base e as Recomendações detalham os resultados do estudo de pesquisa da Alianças da Sociedade Civil para o Empoderamento Digital (CADE) intitulado “Mapeamento do Envolvimento das Organizações da Sociedade Civil em Processos Multilaterais e Multissetoriais de Governança da Internet”, que realizou uma investigação aprofundada sobre a questão essencial de como melhorar a participação das OSCs nos espaços de GI. As recomendações baseiam-se no estudo de mapeamento, que identificou lacunas e oportunidades.

A Linha de Base e as Recomendações apresentam dois conjuntos de recomendações: o primeiro é destinado às partes interessadas que podem ou devem ajudar a fortalecer a participação das OSCs na GI. O segundo identifica intervenções viáveis projetadas para serem implementadas pela CADE. As recomendações abordam desafios críticos, oportunidades e necessidades de capacidade em torno de quatro temas centrais identificados durante o estudo de mapeamento:

Aumentar a participação nos espaços de GI: este tema aborda a necessidade de ir além da mera representação numérica para promover um envolvimento impactante. As principais recomendações incluem investir no desenvolvimento de capacidades e fortalecer a compreensão dos vários processos, mecanismos e modalidades de participação na GI. Isto é especialmente importante para as novas organizações da sociedade civil que estão a explorar contribuições para estes fóruns e espaços. À medida que a tecnologia evolui, a participação remota tem contribuído significativamente para reduzir e superar as barreiras geográficas. Como tal, é fundamental investir em tecnologias fáceis de usar e de baixa largura de banda para a participação. Além disso, é igualmente crucial implementar serviços robustos de tradução e interpretação em tempo real em todos os fóruns de IG e documentos importantes para garantir a inclusão linguística e uma representação mais ampla. Por último, facilitar a formação de coalizões estratégicas para amplificar as vozes da sociedade civil e criar frentes unificadas para o advocacy.

Envolvimento da mídia e conscientização: Este tema ressalta a importância de aproveitar a mídia para educar o público e amplificar as vozes das OSCs sobre questões cruciais de GI. As principais recomendações incluem cultivar parcerias de longo prazo com o setor de mídia, incluindo jornalistas e desenvolvedores de conteúdo, e cobrir questões de tecnologia e políticas. O tema também se centra em simplificar o jargão técnico complexo em uma linguagem acessível para uma compreensão mais ampla do público. Por fim, cria narrativas convincentes e utiliza a narrativa para humanizar questões técnicas e envolver públicos diversos.

Boas práticas para localização e inclusão digital: Este tema centra-se em garantir que o processo de GI seja contextualmente relevante e inclusivo. As principais recomendações

incluem o fortalecer os fóruns regionais e nacionais de GI como espaços vitais para as comunidades articularem seus desafios únicos e desenvolverem soluções contextualmente relevantes. Ele também aborda a priorização do acesso universal e da alfabetização digital nas agendas de GI para reduzir a exclusão digital. Além disso, enfatiza a promoção de parcerias colaborativas e a criação de espaços para o envolvimento de múltiplas partes interessadas em nível local.

Estratégias práticas para melhorar a capacidade e a eficácia das OSC: As principais recomendações incluem o desenvolvimento de programas de treinamento modulares e com meta para abordar a complexidade técnica das questões de GI e aprimorar o conhecimento das OSC. Estabelecer mecanismos de financiamento sustentáveis para garantir a participação consistente das OSC no processo de GI. O tema também se centra em implementar processos inclusivos e medidas de representação, como cotas e medidas de acessibilidade, para garantir que vozes diversas sejam ouvidas e consideradas, indo além da inclusão simbólica.

Essas recomendações e boas práticas podem melhorar significativamente a representação das organizações da sociedade civil e a eficiência do ecossistema de GI. Esses esforços contribuirão para formatar um futuro em que a internet sirva à comunidade global, garantindo que vozes diversas, especialmente aquelas do Sul Global, sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisão. O projeto CADE está posicionado para desempenhar um papel vital como facilitador dessa transformação, capacitando as organizações da sociedade civil para se tornarem impulsionadoras fundamentais na construção de um futuro digital mais equitativo e inclusivo.

1. Introdução

As organizações da sociedade civil são um elo vital entre a infraestrutura técnica e o impacto no mundo real. Sua capacidade de amplificar vozes marginalizadas, defender os direitos humanos e promover a prestação de contas é incomparável. Aumentar a participação das organizações da sociedade civil nos espaços de GI não se trata apenas de aumentar os números, mas de promover um envolvimento significativo e impactante que forma o futuro da internet.

As organizações da sociedade civil representam uma gama diversificada de partes interessadas, incluindo grupos frequentemente marginalizados, e contribuem ativamente com conhecimento especializado sobre direitos digitais e segurança cibernética para promover a transparência, a prestação de contas e a formulação de políticas informadas. No entanto, apesar de suas contribuições significativas, as organizações da sociedade civil enfrentam desafios que limitam sua plena participação em fóruns regionais e globais de GI. Esses desafios incluem recursos limitados, dinâmicas de poder desiguais e falta de representação adequada em estruturas formais, o que dificulta sua capacidade de influenciar efetivamente o processo de tomada de decisão.

Estas recomendações são o resultado de um estudo de investigação que analisa a melhoria da participação das OSC nos espaços de GI. Baseia-se no estudo “Mapeamento do envolvimento das organizações da sociedade civil nos processos multilaterais e multistakeholder de governança da Internet”, que investigou o panorama complexo do envolvimento das OSC nos processos de GI, revelando um panorama caracterizado por progressos e desafios persistentes. Embora as organizações da sociedade civil desempenhem um papel crucial ao defender um futuro digital inclusivo e equitativo, sua participação, especialmente do Sul Global, continua sendo prejudicada por barreiras sistêmicas.

O envolvimento das OSC em vários órgãos de GI, incluindo a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), a Força-Tarefa de Engenharia da Internet (IETF), a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e o Fórum de Governança da Internet (IGF), apresenta oportunidades únicas e desafiadoras. A ICANN, responsável pela gestão do sistema de nomes e endereços da Internet, opera com base num modelo multilateral, com pontos de entrada como o Grupo de Partes Interessadas Não Comerciais (NCSSG) e o Comité Consultivo At-Large (ALAC).

A IETF, centrada em desenvolver padrões para a internet, funciona por meio de grupos de trabalho abertos e uma abordagem de consenso geral, permitindo que as organizações da sociedade civil contribuam com conhecimento técnico, enviem Solicitações de Comentários (RFCs) e deem sugestões sobre direitos humanos e impactos sociais. A ITU, uma agência da ONU que coordena as telecomunicações globais, é dirigida pelos Estados-membros, exigindo que as organizações da sociedade civil se envolvam indiretamente por meio de delegações nacionais ou obtenham o status de membro associado ou setorial. O IGF, como fórum multilateral, oferece participação aberta por meio de vários canais, como reuniões anuais, Iniciativas Nacionais e Regionais (NRIs), Fóruns de Boas Práticas (BPFs) e Coalizões Dinâmicas.

No entanto, as organizações da sociedade civil do Sul Global muitas vezes têm dificuldade em cumprir os requisitos administrativos e técnicos para se comprometerem com, particularmente com a ICANN e a ITU, e enfrentam obstáculos como restrições financeiras, problemas com vistos, barreiras linguísticas e capacidade limitada, o que limita sua participação no IGF.

Uma conclusão mais ampla mostrou evidências claras da participação limitada ou ausente das organizações da sociedade civil em discussões críticas sobre a IG, o que dificulta sua capacidade de fazer contribuições para políticas que atendam às necessidades de todas as partes interessadas e agrava potencialmente a exclusão digital. Esse envolvimento limitado decorre de vários fatores, incluindo restrições financeiras, linguagem técnica desnecessariamente complexa e predominância de materiais apenas em inglês, além dos procedimentos e da burocracia frequentemente complexos de organizações como a ITU. O estudo também revelou preocupações com a diversidade e a inclusão, com a sub-representação de indivíduos de diversas origens, particularmente em órgãos normativos, levando a potenciais preconceitos e reforçando os desequilíbrios de poder existentes. O domínio das grandes empresas de tecnologia e dos governos no processo de IG ofusca ainda mais as vozes e os interesses das organizações da sociedade civil, particularmente aqueles do Sul Global.

Apesar desses desafios, o estudo de mapeamento identificou várias oportunidades para as organizações da sociedade civil se envolverem mais profundamente no processo de GI. Dentro da IETF, as organizações da sociedade civil podem participar de vários grupos de trabalho e pesquisa, como o Human Rights Protocol Considerations (HRPC) e o Privacy Enhancements and Assessments Research Group (PEARC), para contribuir com discussões sobre direitos humanos, privacidade e desenvolvimento de protocolos de internet. Iniciativas como a Education, Mentoring and Outreach Directorate (EMODIR) e subvenções de viagem ajudam a aumentar a participação e eliminar barreiras à entrada. As organizações da sociedade civil também podem aprofundar seu envolvimento nos processos de desenvolvimento de políticas da ICANN por meio de Organizações de Apoio/Comitês Consultivos (SOs/ACs), participar de programas de capacitação e defender a integração dos direitos humanos nos processos de tomada de decisão da ICANN. Dentro da ITU, as organizações da sociedade civil podem participar de grupos de estudo e grupos focais centrados em segurança cibernética, IoT e sustentabilidade e se envolver regionalmente para enfrentar desafios locais de telecomunicações.

O estudo de mapeamento também destacou tendências e oportunidades emergentes, incluindo-se o fato de certas organizações se centrarem-se em questões de direitos humanos e digitais, com atenção cada vez maior a domínios emergentes, como a governança da IA. No entanto, persistem desafios, como o desalinhamento entre os mandatos centrais dessas organizações e os mecanismos de GI, climas políticos restritivos e a proliferação de fóruns de GI, levando à fadiga das partes interessadas. As oportunidades emergentes incluem centrar-se em questões específicas e relevantes, como segurança cibernética e ética da IA, alavancando plataformas multissetoriais, apoiar a inclusão e o ativismo digital e abordar a persistente lacuna de gênero e inclusão.

Esses resultados, juntamente com as persistentes disparidades de gênero e inclusão, ressaltam a necessidade urgente de um apoio maior e mais direcionado à participação das organizações da sociedade civil nos processos de GI. Esse apoio deve incluir assistência financeira, capacitação e programas de mentoria, especialmente para organizações da sociedade civil do Sul Global. Além disso, os fóruns de GI devem se tornar mais inclusivos e acessíveis, abordando as barreiras financeiras e linguísticas, simplificando os procedimentos e ativamente promovendo a diversidade. Quebrar silos e promover a colaboração entre diferentes grupos de partes interessadas é crucial para o desenvolvimento de políticas de internet eficazes e inclusivas. Em última análise, garantir que a internet sirva como uma ferramenta para o bem social requer abordar a disparidade de influência e dar voz a todas as partes interessadas, incluindo as organizações da sociedade civil, no formato de seu futuro.

Os dois conjuntos de recomendações abordam desafios críticos, oportunidades e necessidades de capacidade em torno de quatro temas centrais identificados durante o mapeamento: 1) aumentar a participação das OSC nos fóruns de IG; 2) estratégias para fortalecer a capacidade e a eficácia das OSC; 3) recomendações para localização e inclusão digital; e 4) envolvimento da mídia e conscientização. Essas recomendações criam um roteiro para um ecossistema de IG mais inclusivo e eficaz, que aproveita plenamente as valiosas contribuições das OSC.

2. Estratégias para aumentar a participação das OSC

Investir no desenvolvimento de capacidades com objetivos é crucial para capacitar as organizações da sociedade civil a se envolverem de forma eficaz. Por exemplo, as organizações da sociedade civil, especialmente as do Sul Global, podem se sentir intimidadas pelo excesso de jargões técnicos em alguns espaços de GI, ou podem se beneficiar de uma melhor compreensão de como a tecnologia afeta as políticas ou das implicações das interligações entre diferentes questões políticas. Treinamento centrado em aspectos técnicos e políticos pode transformar observadores passivos em colaboradores ativos. Iniciativas como escolas regionais de GI são vitais para fomentar novas vozes no ecossistema de GI. As escolas regionais de GI também servem como pontos de entrada estratégicos para desenvolver capacidades em prioridades regionais específicas.

2.1 Apoio financeiro e alocação de recursos

O aumento das oportunidades de fontes de financiamento para as organizações da sociedade civil do Sul Global é crucial para garantir uma participação diversificada e inclusiva no processo de GI. Algumas estratégias que podem ser consideradas para lidar com a disparidade financeira existente incluem:

Estabelecer fontes de financiamento dedicadas

Estabelecer fontes de financiamento dedicadas para as organizações da sociedade civil do Sul Global é essencial para aumentar sua participação em eventos importantes de GI. Isso pode ser alcançado por meio de parcerias multissetoriais e colaboração com doadores internacionais, empresas de tecnologia e governos comprometidos com o desenvolvimento digital inclusivo. Por exemplo, o projeto CADE poderia trabalhar com seus parceiros regionais para liderar oportunidades de angariação de fundos nos níveis regional e sub-regional e promover iniciativas sustentáveis. Programas regionais de subvenções poderiam garantir um envolvimento sustentado além de eventos individuais. Essas subvenções poderiam cobrir a participação em eventos, trabalhos preparatórios, atividades de acompanhamento e esforços de advocacy locais. Além disso, defender programas de fontes de financiamento plurianuais para permitir que as organizações da sociedade civil desenvolvam expertise e mantenham uma participação consistente nos processos de IG. Isso abordaria o desafio de defender a necessidade de investimento de longo prazo em processos de padronização.

Garantir fontes de financiamento plurianual para as OSC requer uma estratégia focada. Isso poderia envolver defender modelos de financiamento sustentáveis dentro dos Fóruns de Governança da

Internet, o envolvimento direto de organizações financiadoras e o lobby junto a governos e órgãos intergovernamentais como a UNESCO e a ITU. A colaboração com outras OSC, a conscientização e a produção de pesquisas que apoiem o financiamento de longo prazo também são cruciais. Há um reconhecimento crescente da necessidade de subvenções plurianuais e irrestritas. Tais fontes de financiamento permitiriam às organizações da sociedade civil desenvolver conhecimentos especializados em GI. Ao proporcionar estabilidade financeira, as organizações podem investir na construção de conhecimentos e competências especializados, cruciais para um envolvimento eficaz nas discussões técnicas sobre GI. O financiamento consistente permitiria às organizações da sociedade civil oferecer salários competitivos e oportunidades de desenvolvimento profissional, reduzindo a fuga de cérebros para o setor privado ou para organizações internacionais.

O desenvolvimento de políticas de GI é muitas vezes um processo demorado, o que torna indispensável fontes de financiamento sustentáveis para permitir que as organizações da sociedade civil mantenham a sua presença e influência ao longo destes ciclos prolongados. O financiamento flexível permitirá que as organizações se adaptem e enfrentem novos desafios à medida que eles surgirem no cenário digital em rápida evolução. Abordar as restrições de financiamento e ampliar as oportunidades de subvenções para organizações da sociedade civil em nível nacional, organizações lideradas por jovens e coalizões que trabalham com questões de GI é essencial para criar um ecossistema de GI mais diversificado e representativo. Essa abordagem fortaleceria as vozes do Sul Global, garantindo que as políticas de GI reflitam as necessidades e perspectivas de uma gama mais ampla de usuários da internet.

Fortalecer a capacidade de angariação de fundos para as organizações da sociedade civil

É essencial empoderar e fortalecer a capacidade de angariação de fundos das organizações da sociedade civil para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. O projeto CADE poderia fornecer capacitação abrangente em áreas-chave de angariação de fundos, oferecendo habilidades práticas e conhecimentos para uma angariação eficaz, incluindo o desenvolvimento de estratégias robustas e diversificadas que abranjam a elaboração de propostas de subvenções, doações individuais, patrocínios corporativos e angariação de fundos online. O treinamento poderia centrar-se no domínio da redação de propostas convincentes, na adaptação das propostas a diferentes doadores e na otimização do sucesso do financiamento. O programa também poderia enfatizar o cultivo de relacionamentos sólidos com os doadores por meio de comunicação, relatórios e treinamento em gestão.

2.2 Aproveitar a participação remota

Aproveitar a participação remota (online) surgiu como uma estratégia crucial para expandir o envolvimento das organizações da sociedade civil nos processos de GI, especialmente para organizações que enfrentam restrições de recursos ou barreiras geográficas. Embora o envolvimento presencial continue sendo valioso para a construção de relacionamentos e discussões sutis, a participação remota estratégica oferece um caminho para uma representação mais inclusiva e diversificada nos fóruns de GI. Essa percepção ressalta como as opções remotas podem democratizar o acesso a discussões significativas sobre GI, especialmente para organizações da sociedade civil do Sul Global, que podem enfrentar dificuldades com custos de viagem e restrições

de visto. No entanto, uma participação remota eficaz requer mais do que apenas uma conexão com a internet. Para maximizar o impacto do envolvimento remoto, as organizações da sociedade civil devem investir estrategicamente em infraestrutura e processo.

Uma conexão confiável à Internet e equipamentos adequados são fundamentais para uma participação remota significativa. As organizações da sociedade civil devem priorizar conexões de Internet de alta velocidade e estáveis, equipamentos audiovisuais de qualidade para uma comunicação clara e soluções de energia de reserva para mitigar interrupções. A natureza global das discussões sobre governança da Internet apresenta desafios únicos para os participantes remotos, pois eles precisam lidar com vários fusos horários. Uma coordenação eficaz garantiria uma representação consistente das organizações da sociedade civil sem exacerbar o esgotamento devido a exigências físicas e mentais excessivas. As organizações da sociedade civil devem explorar possibilidades de um sistema colaborativo para incentivar a coordenação da participação online, incluindo apresentações conjuntas e networking. O compartilhamento de informações em tempo real usando aplicativos de comunicação durante as reuniões e hubs regionais virtuais onde várias organizações da sociedade civil podem participar juntas, simulando o envolvimento presencial e a colaboração local, pode melhorar a qualidade dos objetivos da reunião e os benefícios para os participantes.

Implementar protocolos de envolvimento remoto com eficiência

Para ser eficaz como envolvimento remoto, a participação remota requer habilidades e estratégias diferentes daquelas do envolvimento presencial. Os ambientes virtuais geralmente oferecem oportunidades limitadas para falar. Sendo assim, a preparação é crucial. As organizações da sociedade civil devem aproveitar, desenvolver e implementar as linhas diretrizes existentes, como as desenvolvidas pelo IGF e pela DiploFoundation, para participação e intervenções remotas, incluindo linhas diretrizes de contribuições concisas e impactantes.

Isso precisa ser acompanhado de mecanismos de acompanhamento para garantir a integração das contribuições remotas nas discussões e nos processos de tomada de decisão em andamento. É essencial reconhecer que o envolvimento remoto deve *complementar*, e não substituir totalmente, a participação presencial, que oferece vias diferentes (embora nem sempre melhores) para networking e comunicação. À medida que as organizações da sociedade civil avançam, a comunidade IG deve continuar a evoluir seu processo para integrar plenamente os participantes remotos e garantir que eles tenham oportunidades iguais de influenciar os resultados. Embora o envolvimento presencial continue sendo valioso, a participação remota estratégica pode expandir significativamente o envolvimento das OSC.

2.3 Envolvimento da mídia e conscientização

O envolvimento da mídia é vital para que as organizações da sociedade civil preencham a lacuna entre discussões técnicas complexas e a compreensão do público. A mídia tem um papel crucial como amplificadora das vozes das organizações da sociedade civil, particularmente aquelas do Sul Global. As organizações da sociedade civil devem aproveitar a mídia para amplificar suas vozes e educar o público sobre questões cruciais de GI. O envolvimento da mídia e a conscientização continuam essenciais para as organizações da sociedade civil que buscam influenciar o processo de GI.

Estratégias para um envolvimento eficaz da mídia

As organizações da sociedade civil podem empregar estratégias-chave para maximizar seu impacto na mídia, incluindo o cultivo de relações com a mídia e a construção de relações de longo prazo com jornalistas que cobrem questões de tecnologia e políticas.

- **Cultivar relações com a mídia:** as organizações da sociedade civil devem se comprometer ativamente com profissionais da mídia, fornecendo-lhes informações oportunas, precisas e relevantes. Isso envolve não apenas comunicados à imprensa, mas também comentários de especialistas, nota de contexto e acesso às principais partes interessadas. As organizações da sociedade civil devem manter um contato com a mídia facilmente acessível e garantir que seus porta-vozes sejam bem versados nas complexidades da GI, permitindo que os jornalistas informem com precisão essas questões frequentemente técnicas.
- **Simplificar questões complexas:** Um grande desafio para as organizações da sociedade civil é traduzir conceitos complexos de GI em narrativas acessíveis. As organizações da sociedade civil podem usar uma linguagem política simplificada para melhorar a compreensão e a participação do público. As organizações da sociedade civil devem priorizar a comunicação centrada no usuário, centrando-se nas implicações das políticas no mundo real. Recursos visuais, como infográficos e fluxogramas, podem melhorar ainda mais a compreensão.
- **Aproveitar as redes sociais:** No cenário dinâmico da GI, as redes sociais são uma ferramenta crucial para respostas rápidas e mobilização da comunidade. Iniciativas de governança da Internet, como o IGF, destacam o poder de plataformas como X e LinkedIn para o engajamento em tempo real. As organizações da sociedade civil devem utilizar as mídias sociais para divulgar mensagens importantes, ampliar campanhas de advocacy e facilitar o diálogo com diversas partes interessadas. Isso inclui participar de hashtags relevantes, hospedar sessões de perguntas e respostas ao vivo e criar conteúdo compartilhável. Construir uma forte presença online permite que as organizações da sociedade civil respondam rapidamente a questões emergentes, combatam a desinformação e promovam um senso de ação coletiva.
- **Criar narrativas convincentes:** Humanizar questões técnicas por meio de narrativas convincentes é a base de uma advocacia eficaz da GI. As organizações da sociedade civil podem aproveitar a narrativa para se conectar com o público em um nível emocional. Isso envolve destacar as experiências vividas por indivíduos afetados pelas políticas da internet, mostrar o impacto das violações dos direitos digitais e celebrar histórias de empoderamento digital. Ao criar narrativas que ressoam com públicos diversos, as organizações da sociedade civil podem promover a empatia, aumentar a conscientização e inspirar ações. Isso inclui implementar a recomendação acima para simplificar questões complexas.
- **Competir pela atenção:** Em um ambiente saturado de informações, as organizações da sociedade civil devem competir estrategicamente pela atenção para garantir que as questões de GI recebam cobertura adequada. Isso envolve divulgação proativa na mídia, respostas oportunas a notícias de última hora e a criação de conteúdo atraente que se destaque em meio ao ruído. As organizações da sociedade civil devem identificar notícias relevantes,

aproveitar dados e pesquisas para apoiar suas afirmações e construir relacionamentos com jornalistas que cobrem tópicos relacionados. A utilização de parcerias estratégicas com a mídia também pode elevar sua mensagem. Outra boa prática é usar momentos planejados na mídia que se alinhem com eventos globais importantes.

- **Navegar pela censura:** Navegar pela censura e pelo controle da mídia exige que as organizações da sociedade civil adotem abordagens de comunicação estratégicas. Organizações como a Article 19 enfatizam a importância de canais de comunicação seguros, linguagem codificada e advocacy indireto. As organizações da sociedade civil devem priorizar a segurança de seus membros e parceiros, enquanto continuam defendendo os direitos digitais.
- **Maximizar a narrativa digital:** O conteúdo multimídia é essencial para transmitir conceitos complexos de IG de maneira envolvente e acessível. As organizações da sociedade civil podem criar vídeos curtos, explicações animadas e infográficos interativos. As organizações da sociedade civil devem aproveitar as plataformas digitais para divulgar esses materiais, otimizando-os para dispositivos móveis e compartilhamento nas redes sociais. Essa abordagem permite que as organizações da sociedade civil alcancem um público mais vasto, incluindo aqueles com alfabetização ou conhecimento técnico limitados, e promovam uma compreensão mais profunda das questões.
- **Destacar campanhas colaborativas:** Campanhas coordenadas são fundamentais para amplificar mensagens e maximizar o impacto no espaço da GI. As organizações da sociedade civil devem buscar ativamente parcerias com outras organizações, influenciadores e líderes comunitários para construir um amplo apoio para seus objetivos de advocacy. Isso envolve coordenar mensagens, compartilhar recursos e aproveitar diversos conhecimentos para criar campanhas unificadas. Campanhas colaborativas podem mobilizar efetivamente o apoio global, exercer pressão sobre decisores e alcançar mudanças políticas significativas.
- **Reforçar o conteúdo em idiomas locais:** para alcançar comunidades carentes, as organizações da sociedade civil devem priorizar a criação de conteúdo em idiomas indígenas e locais. As organizações da sociedade civil devem traduzir resumos de políticas, materiais educacionais e conteúdo multimídia para os idiomas relevantes, garantindo que sejam culturalmente adequados e acessíveis.

2.4 Reduzir as lacunas no fortalecimento de capacidades

Muitas organizações, especialmente as menores, têm dificuldade em cobrir os custos de viagem e as taxas de participação em eventos internacionais. Além das restrições financeiras, as organizações da sociedade civil enfrentam a falta de conhecimentos técnicos e desafios relacionados com as políticas. A natureza complexa e em rápida evolução das questões relacionadas com a GI exige frequentemente conhecimentos especializados que muitas organizações, especialmente os grupos de base, podem não possuir. Além disso, as leis restritivas de alguns países e os decisores regionais dificultam ainda mais a participação das organizações da sociedade civil. Esta seção apresenta algumas recomendações práticas para melhorar o envolvimento das organizações da sociedade civil.

Fortalecer a capacidade em questões técnicas de GI

O desenvolvimento de capacidades e a partilha de conhecimentos são fundamentais para reforçar o envolvimento das organizações da sociedade civil no processo de GI. A natureza complexa e em rápida evolução das questões relacionadas com a GI requer frequentemente conhecimentos especializados que muitas organizações da sociedade civil, em particular as organizações de base, podem não possuir. As organizações da sociedade civil poderiam aproveitar ativamente os valiosos programas de formação em matéria de desenvolvimento de capacidades oferecidos por organizações conceituadas, como a Internet Society, a ICANN, a ITU e a DiploFoundation. A especialização técnica é fundamental para navegar no complexo panorama da Internet, e vários fóruns e programas de destaque oferecem treinamento sobre vários aspectos das tecnologias técnicas da Internet. É altamente recomendável que as organizações da sociedade civil avaliem sua capacidade técnica e explorem esses programas de treinamento. A participação ativa nesses programas é crucial para aprimorar as habilidades e os conhecimentos técnicos. Além disso, as partes interessadas devem promover essas oportunidades de treinamento em suas comunidades, colaborar com as organizações para adaptar os programas às necessidades específicas e integrar esses programas às iniciativas educacionais e de desenvolvimento profissional existentes, a fim de garantir um fluxo sustentável de profissionais qualificados.

Desenvolver programas de treinamento modulares e multilíngues

É fundamental criar módulos de treinamento flexíveis e acessíveis que abranjam conhecimentos técnicos, promoção de políticas e comunicação estratégica. Esses programas podem ser multilíngues para superar as barreiras linguísticas, modulares, permitindo que as organizações se centrem em suas necessidades específicas, e acessíveis online para alcançar organizações da sociedade civil com orçamentos de viagem limitados.

O reforço das capacidades deve também ser estratégico, envolvendo formação com meta sobre mecanismos de GI, análise de políticas e competências de negociação, em particular para indivíduos e organizações do Sul Global.

Centrar-se em implementar as recomendações do estudo

As recomendações específicas em “2. Estratégias para melhorar a participação das OSC” requerem apoio e treinamento para sua implementação adequada. Os tópicos desta seção oferecem objetivos concretos para treinamento e discussão, que devem ser enfatizados nos programas de treinamento das OSC.

Iniciativas de mentoria

O estabelecimento de programas de mentoria como parte de iniciativas mais amplas de capacitação pode fornecer apoio e orientação contínuos aos representantes das organizações da sociedade civil. Tais iniciativas de mentoria poderiam emparelhar organizações experientes com organizações da sociedade civil mais novas para compartilhar as boas práticas em aspectos como advocacy, engajamento e angariação de fundos. Isso poderia facilitar a transferência de conhecimento e aumentar a capacidade dos participantes menos experientes, conectando profissionais experientes em GI com líderes emergentes das organizações da sociedade civil.

A mentoria pode fornecer estruturas para aprendizagem e apoio contínuos, incluindo check-ins regulares, sessões de feedback e projetos colaborativos para reforçar habilidades e construir confiança. Os mentores também podem apresentar os mentorados a redes mais amplas dentro da comunidade de GI, ajudando-os a estabelecer conexões valiosas para aprimorar seus esforços de advocacy. Tais iniciativas podem promover relacionamentos e colaborações de longo prazo. Além disso, empoderar os jovens como embaixadores dos direitos digitais é uma boa maneira de criar sustentabilidade. O programa Youth@IGF da Internet Society, que forma a próxima geração de líderes em GI, é um exemplo dessa abordagem.

Centros de recursos

A criação de centros de recursos online acessíveis é essencial para fornecer informações atualizadas sobre o processo de GI, conceitos técnicos e debates sobre políticas. Esses centros podem servir como locais centralizados onde as organizações da sociedade civil podem acessar vários recursos, incluindo guias sobre o processo de GI, resumos das principais políticas, estudos de caso e boas práticas. Os recursos podem incluir explicações simplificadas de conceitos técnicos complexos relevantes para a GI. Isso pode ajudar a desmistificar o jargão frequentemente usado nessas discussões e capacitar as organizações da sociedade civil a se comprometerem com mais eficiência. A incorporação de elementos interativos, como webinars, tutoriais em vídeo e fóruns de discussão, pode aumentar o envolvimento com o material. Essas ferramentas podem facilitar a aprendizagem entre pares e promover a comunidade entre os participantes.

Estabelecer centros regionais de conhecimento

Centros regionais para aprendizagem contínua e compartilhamento de informações podem atender às necessidades contextuais de diferentes regiões geográficas, ao mesmo tempo em que promovem a colaboração. Os centros regionais de conhecimento podem servir como pontos focais para a capacitação, adaptando as questões globais de GI aos contextos locais. Eles também podem atuar como incubadoras para estratégias regionais de advocacy e posições políticas. Esses centros poderiam hospedar estrategicamente workshops e sessões de treinamento regulares, servir como repositórios de recursos de GI específicos da região e facilitar o networking e a colaboração entre as organizações da sociedade civil regionais.

2.5 Garantir uma representação mais inclusiva e diversificada

Com base nas respostas e análises das entrevistas com especialistas-chave, uma das estratégias essenciais que deve ser implementada para aumentar a inclusão nas discussões sobre GI é a implementação de sistemas de cotas nos fóruns de GI para garantir a participação de regiões sub-representadas. Defender cotas obrigatórias que garantam uma porcentagem mínima de participantes de diferentes áreas geográficas, especialmente aquelas historicamente sub-representadas no processo de GI, apoiaria essa possibilidade, por exemplo:

- Maximizar o apoio e, se necessário, estabelecer linhas diretrizes estatísticas para diferentes grupos de partes interessadas, garantindo um equilíbrio entre representantes do governo, da sociedade civil, do setor privado e do meio acadêmico.
- Implementar um apoio mais substancial à diversidade de gênero, incluindo o estabelecimento de linhas diretrizes estatísticas, se necessário, para abordar o desequilíbrio de gênero frequentemente observado em fóruns técnicos e promover a representação igualitária das mulheres nas discussões sobre GI.
- Garantir a acessibilidade para grupos linguísticos isolados por meio de suporte multilíngue, legendas em tempo real, interpretação, tradução e acomodações para pessoas com deficiência.
- Defina a meta de envolvimento significativo dos jovens para aumentar a diversidade de abordagens e a sustentabilidade futura dessas iniciativas.

A construção de um processo verdadeiramente inclusivo é um esforço de longo prazo. O processo vai além de fornecer acesso imediato, centrando-se em criar caminhos para o envolvimento sustentável e o desenvolvimento de liderança para grupos sub-representados. Isso pode incluir a oferta de serviços de creche e salas de amamentação em grandes eventos de GI. Esse passo aparentemente pequeno pode melhorar significativamente a participação dos pais, especialmente entre as mães. Além disso, garanta que todos os materiais do evento estejam disponíveis em vários idiomas e formatos acessíveis. Por exemplo, forneça interpretação em linguagem de sinais para apresentações faladas, legendas em tempo real para conteúdo de áudio e materiais escritos em vários idiomas. Os documentos devem ser otimizados para leitores de tela, versões em braille dos materiais impressos devem estar disponíveis e opções de letras grandes devem estar disponíveis para participantes com deficiência visual.

Abordar a desigualdade de gênero e a inclusão

A persistente disparidade de gênero e inclusão na participação em GI continua sendo um desafio crítico que exige atenção urgente e intervenções direcionadas. Iniciativas de mentoria com meta direcionada podem desempenhar um papel transformador no empoderamento das mulheres na política tecnológica. Esses programas devem centrar-se no desenvolvimento de habilidades técnicas e perspicácia política, ao mesmo tempo em que abordam os desafios únicos das mulheres em espaços tecnológicos dominados por homens.

As instituições de governança da Internet também devem incorporar considerações de gênero em suas políticas e práticas essenciais. Políticas sensíveis ao gênero podem abordar vários aspectos,

incluindo agendas de reuniões que acomodem responsabilidades de cuidados e a integração das perspectivas das mulheres no desenvolvimento de padrões técnicos. Alcançar a igualdade de gênero nos órgãos de governança requer uma revisão abrangente das políticas e procedimentos existentes. Essa revisão deve centrar-se na identificação e eliminação de barreiras sutis que impedem a plena participação das mulheres no processo de tomada de decisão.

Localização e relevância contextual

A convocatória à localização e à relevância contextual no processo de GI ressoa profundamente nas experiências das organizações da sociedade civil em todo o Sul Global. As organizações da sociedade civil precisam de mecanismos para trazer as questões locais para o primeiro plano e garantir que as políticas levem em consideração os contextos únicos. As perspectivas do Norte Global dominam, enquanto as vozes do Sul Global lutam para ser ouvidas e compreendidas. Algumas estratégias devem envolver o fortalecimento de fóruns regionais e nacionais de GI, que são cruciais para preencher a lacuna entre as discussões globais e as realidades locais. Os IGFs nacionais e regionais não são apenas trampolins para o IGF global. Eles são espaços vitais para as comunidades articularem seus desafios únicos de GI e desenvolverem soluções contextualmente relevantes. Investindo nestes fóruns, as organizações da sociedade civil podem criar plataformas que amplificam as vozes locais e garantam que perspectivas diversas informem o processo global de GI.

Fortalecer grupos de trabalho temáticos

Grupos de trabalho temáticos centrados em desafios específicos da região fornecem uma abordagem estruturada para abordar questões locais dentro de estruturas globais. Discussões focadas em desafios regionais geralmente revelam nuances que muitas vezes são ignoradas em debates globais mais amplos. Esses insights são cruciais para o desenvolvimento de políticas eficazes e sensíveis ao contexto. Esses grupos de trabalho fazem a ponte entre as realidades locais e a formulação de políticas globais, garantindo a consideração dos desafios únicos de diferentes regiões.

Incentivar estudos de caso e contribuições para políticas

Promover estudos de caso e contribuições políticas de diversos contextos locais pode enriquecer as discussões globais sobre governança da Internet com exemplos concretos e reais. Abraçar a localização e a relevância contextual pode criar um panorama de governança da Internet que reflita genuinamente as diversas necessidades e realidades dos usuários da Internet em todo o mundo. Essa abordagem garante que a Internet empodere e desenvolva todas as comunidades.

Inclusão digital e redução da exclusão digital

A persistente exclusão digital continua sendo um desafio crítico no cenário da GI. O acesso desigual às tecnologias digitais pode impedir severamente a participação significativa no formato do futuro da internet. Os fóruns de GI e os órgãos de tomada de decisão devem integrar as metas de inclusão digital em seu processo central. Esses órgãos devem priorizar as metas de inclusão digital da mesma forma que as discussões técnicas. Essa abordagem garante que eles considerem as necessidades das comunidades carentes e marginalizadas, juntamente com o desenvolvimento da infraestrutura técnica. Ao incorporar explicitamente os objetivos de inclusão digital nas estruturas de GI, os formuladores de políticas e as partes interessadas podem trabalhar para criar um ecossistema digital mais equitativo e acessível. Essa integração ajuda a abordar a acessibilidade, o desenvolvimento de habilidades digitais e a criação de conteúdo culturalmente relevante.

Apoie redes comunitárias e soluções inovadoras de conectividade

Abordagens orientadas para a comunidade podem fornecer conectividade complementar. Além de fornecer acesso, elas também capacitam as comunidades locais a assumir o controle de seu futuro digital. Essas iniciativas geralmente têm sucesso onde as abordagens tradicionais de cima para baixo falharam. Ao advogar políticas que apoiam e possibilitam redes comunitárias, as organizações da sociedade civil podem ajudar a preencher a lacuna da conectividade em regiões carentes.

Advogar por dados e dispositivos acessíveis

Em alguns casos, mesmo onde existe infraestrutura, os custos proibitivos dos dados e dispositivos podem manter muitas pessoas offline. Modelos de preços inovadores e subsídios são essenciais para tornar o acesso significativo uma realidade para todos. Esse trabalho de promoção requer que as organizações da sociedade civil se comprometam com órgãos tradicionais de GI, reguladores nacionais e empresas de telecomunicações para reduzir custos.

2.6 Apoiar a colaboração entre organizações da sociedade civil e outras partes interessadas

A colaboração entre as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas é crucial para uma GI eficaz. Algumas estratégias que podem ser implementadas para melhorar a cooperação entre setores, como diálogos regulares entre as várias partes interessadas, são essenciais para criar confiança e identificar oportunidades de colaboração. Apoiar esforços conjuntos de advocacy pode amplificar mensagens e aumentar a influência política.

Para maximizar seu impacto no desenvolvimento de políticas, as organizações da sociedade civil poderiam mudar estrategicamente suas abordagens colaborativas, deixando de estabelecer novos grupos de trabalho e adotando um modelo que priorize a integração profunda nas estruturas de formulação de políticas existentes. Isso inclui participar ativamente de grupos de estudo governamentais e multistakeholders e trazer dados, experiências vividas e soluções políticas alternativas para a mesa. As organizações da sociedade civil devem investir em programas de fortalecimento de capacidades que empoderem diversas organizações da sociedade civil, especialmente aquelas que representam comunidades marginalizadas, para contribuir efetivamente para as discussões técnicas.

Simultaneamente, as organizações da sociedade civil devem adotar uma estratégia de formação de coalizões mais ágil e responsiva, complementando colaborações intersetoriais amplas com coalizões menores e específicas para cada questão, que possam responder rapidamente a oportunidades políticas emergentes. As organizações da sociedade civil também devem aproveitar as ferramentas digitais para comunicação e coordenação em tempo real, garantindo que essas coalizões permaneçam fluidas e adaptáveis.

Por fim, as organizações da sociedade civil devem estabelecer plataformas para o intercâmbio contínuo de conhecimento e capacitação. Elas devem ir além de eventos pontuais, criando fóruns online, redes de aprendizagem entre pares e iniciativas de pesquisa conjunta. Isso poderia promover a capacidade de colaboração de longo prazo, permitindo que as organizações da sociedade civil construam uma influência política sustentável.

Construção de coalizão estratégica

A formação de coalizões estratégicas surgiu como uma ferramenta poderosa para as organizações da sociedade civil amplificarem suas vozes e influenciarem o complexo cenário da GI. Ao formar alianças e coordenar esforços, as organizações da sociedade civil podem superar as restrições de recursos e navegar pela intricada teia da formulação de políticas globais de maneira mais eficaz. A formação de coalizões estratégicas desempenha um papel crucial na GI. As partes interessadas devem formar alianças para formatar de maneira eficaz as políticas e os padrões que regem o ecossistema global da internet. Essas coalizões reúnem diversos atores, incluindo governos, empresas de tecnologia, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas, para colaborar na abordagem de desafios complexos no ciberespaço. Essa abordagem destaca o poder de construir expertise e relacionamentos locais antes de se engajar globalmente. Ao estabelecer credibilidade e parcerias dentro de seu contexto nacional, as organizações da sociedade civil podem criar uma base mais sólida para o engajamento internacional. Para alavancar essa estratégia de forma eficaz, as organizações da sociedade civil devem considerar o mapeamento das principais partes interessadas e aliados potenciais e se comprometem com elementos progressistas dentro de órgãos governamentais e do setor privado.

Programas de acompanhamento e intercâmbio

Facilitar o intercâmbio direto entre organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e empresas de tecnologia pode criar entendimento e confiança mútuas. Esses programas variam de oportunidades de acompanhamento de curto prazo a intercâmbios de pessoal de longo prazo, promovendo relações além do processo formal de GI. Um bom exemplo desse intercâmbio é o programa Internet Society IETF Policy Fellowship, que tem como meta que altos funcionários do governo participem de reuniões da IETF para compreender os processos de criação de padrões da internet. Todos eles oferecem experiência e treinamento adicionais essenciais aos participantes.

A implementação dessas estratégias pode ajudar as organizações da sociedade civil a trabalharem em direção a um ecossistema de GI mais colaborativo. No entanto, é fundamental reconhecer que a construção de parcerias eficazes leva tempo e exige esforços contínuos.

2.7 Fortalecer / Reforçar a participação local

Coordenar a participação e as intervenções

A formação eficaz de coalizões na GI se estende à ação coordenada em fóruns globais. Essa ação coordenada inclui reunir recursos para garantir uma representação diversificada em reuniões importantes, dividir tarefas e papéis de porta-voz para maximizar o impacto e desenvolver mecanismos de resposta rápida para lidar com questões emergentes. As organizações da sociedade civil devem reconhecer os desafios da formação de coalizões. Elas devem equilibrar prioridades diversas, manter a coesão ao longo do tempo e garantir uma representação equitativa dentro das coalizões.

Centrar-se no envolvimento em questões emergentes

As organizações da sociedade civil devem concentrar estrategicamente seus recursos limitados em questões emergentes de alto impacto. Tecnologias emergentes, como a governança da IA, apresentam desafios e oportunidades. O empoderamento das vozes locais foi identificado pelos principais especialistas entrevistados como uma das abordagens mais eficazes, juntamente com o incentivo aos governos para que envolvam ativamente as organizações da sociedade civil locais e os jovens em todas as iniciativas de GI. Essa abordagem colaborativa garante que as políticas de GI reflitam as realidades e necessidades locais. Por exemplo, no Quênia, organizações de base de direitos digitais estiveram envolvidas na elaboração da estrutura de proteção de dados do país, o que levou a salvaguardas mais fortes para as comunidades marginalizadas. É imperativo que as organizações da sociedade civil identifiquem duas ou três questões emergentes prioritárias alinhadas com a expertise organizacional, desenvolvam relatórios que traduzam conceitos técnicos para os formuladores de políticas e o público e construam parcerias com instituições acadêmicas para fortalecer a capacidade de pesquisa.

Apoiar o intercâmbio de conhecimentos

Apoiar o intercâmbio de conhecimento entre organizações da sociedade civil e defensores da juventude tornou-se uma estratégia crucial para aumentar o envolvimento no processo de GI. Essa abordagem reconhece o valor da aprendizagem entre pares e a importância de criar espaços onde perspectivas diversas possam ser compartilhadas e amplificadas. As organizações da sociedade civil podem compartilhar boas práticas e abordagens inovadoras criando plataformas para o intercâmbio de conhecimento, discutindo desafios comuns, pensar coletivamente e construindo redes de solidariedade e apoio além das fronteiras.

A Escola Africana de Governança da Internet (AfriSIG) é um bom exemplo dessa abordagem. Fundada em 2013, tornou-se uma pedra angular na formação de um grupo de profissionais africanos informados e engajados em GI. Para sessões intensivas de aprendizagem e networking, a escola reúne participantes de diversas origens, incluindo organizações da sociedade civil, governo, academia e setor privado.

O Sul Global replicou esse modelo de escolas regionais de GI em várias regiões. A Escola da Ásia-Pacífico sobre Governança da Internet (APSIG) e a Escola do Sul sobre Governança da Internet (SSIG) na América Latina são exemplos proeminentes.

Descolonizar a governança da internet

A descolonização da GI é importante para criar um futuro digital inclusivo e equitativo. Os esforços para descolonizar o processo de GI garantem representações genuinamente globais. Esse processo contesta as narrativas ocidentocêntricas e amplifica perspectivas diversas. Os especialistas enfatizam a necessidade de abordar a ausência de visões africanas no processo de governança internacional. Descolonizar a GI não é uma tarefa simples, mas é essencial para criar um futuro digital global e equitativo. Ao confrontar estruturas de poder arraigadas, amplificar vozes marginalizadas e reimaginar nossa abordagem à governança, as organizações da sociedade civil podem construir uma internet que sirva e empodere toda a humanidade.

Contestar narrativas ocidentocêntricas

As nações ocidentais dominam há muito tempo a GI, afetando muitas partes interessadas no Sul Global. É necessário repensar as estruturas e os pressupostos que sustentam o processo atual de GI. Os esforços de descolonização devem ir além da mera inclusão para desafiar ativamente e reformular as narrativas dominantes.

Um aspecto crucial da descolonização da GI é elevar as vozes historicamente marginalizadas. Os espaços de GI poderiam promover conversas sobre o futuro da internet a partir de uma perspectiva do Sul Global. Essas abordagens poderiam incluir terminologia e as estruturas organizacionais do processo de tomada de decisão. Essa mudança de paradigma ressalta a importância crítica de abraçar pontos de vista diversos, particularmente aqueles do Sul Global, na formulação e na implementação de políticas e práticas de GI.

Isso inclui advogar pela diversidade linguística nos fóruns e na documentação da GI e garantir que as discussões não se limitem ao inglês e a outras línguas dominantes. Essa ênfase na diversidade linguística faz com que o público se sinta ouvido e respeitado, promovendo um sentimento de inclusão e igualdade. As organizações e partes interessadas do Sul Global devem pressionar por uma reforma das estruturas de financiamento para complementar esses esforços. Essa reforma as empoderaria e permitiria uma participação significativa e consistente no processo de GI. Ao advogar ativamente mudanças nos mecanismos de financiamento, entidades do Sul Global podem aumentar sua capacidade de se envolver de forma eficaz na formatação do futuro da internet.

Reimaginando os padrões técnicos

Os fundamentos técnicos da internet muitas vezes refletem suposições e prioridades ocidentais. É necessário examinar criticamente como esses padrões podem prejudicar ou excluir certas comunidades e trabalhar para desenvolver alternativas mais inclusivas:

- Incentivar uma maior participação de engenheiros e tecnólogos do Sul Global em órgãos de definição de padrões, como a IETF
- Financiar pesquisas sobre como os padrões técnicos existentes afetam diferentes comunidades
- Explorar alternativas
- Apoiar o desenvolvimento de tecnologias projetadas especificamente para atender às necessidades de regiões carentes

Centrar o conhecimento e os contextos locais

Apoiar o desenvolvimento de fóruns regionais e nacionais de GI que priorizem questões e perspectivas locais. Também incentiva pesquisas sobre como os sistemas tradicionais de governança podem informar a formulação de políticas digitais e promover o diálogo e o intercâmbio intercultural para enriquecer as discussões globais sobre GI com visões de mundo diversificadas. Melhorar o envolvimento das OSCs na GI requer uma abordagem multifacetada que aborde barreiras estruturais e lacunas de capacidade.

3. Potenciais intervenções do CADE

Esta seção apresenta recomendações para possíveis intervenções que poderiam ser implementadas no âmbito do projeto CADE para abordar os principais desafios, oportunidades e necessidades de capacidade para melhorar o envolvimento das OSCs na GI.

3.1 Estabelecer centros regionais de capacitação em GI

Um tema recorrente nos relatórios é a necessidade de capacitação acessível e relevante ao contexto. Recomendamos o estabelecimento de centros regionais de capacitação em GI para desenvolver e oferecer programas de treinamento modulares e multilíngues que abranjam conhecimentos técnicos, advocacy e comunicações estratégicas. Os centros podem servir como repositórios de recursos de GI específicos da região e facilitar o networking e a colaboração entre as organizações da sociedade civil regionais.

Os centros regionais de capacitação em GI poderiam aproveitar os programas regionais emblemáticos existentes implementados por organizações de GI. A colaboração com a ICANN, por exemplo, poderia ser crucial para capacitar as organizações da sociedade civil a participar de forma eficaz no processo de desenvolvimento de políticas. Esses centros podem alinhar seus programas de treinamento com os objetivos de desenvolvimento da UIT, centrando-se em inclusão digital, segurança cibernética e infraestrutura de TIC. Esse alinhamento pode facilitar a participação de novas organizações da sociedade civil em eventos regionais e globais da UIT. Os centros podem fornecer às organizações da sociedade civil treinamento sobre as recomendações da UIT, posicionando estrategicamente as organizações da sociedade civil como atores ativos nas questões de GI.

Os centros também poderiam fortalecer o envolvimento das OSC nos IGF nacionais e regionais, incluindo as escolas regionais de GI em todas as regiões.

3.2 Criar um mecanismo de fontes de financiamento sustentável para a participação das OSC

As restrições financeiras continuam a ser um obstáculo significativo ao envolvimento das organizações da sociedade civil. Recomendamos a criação de um mecanismo de fontes de financiamento específico e de longo prazo que beneficie as organizações da sociedade civil de regiões sub-representadas. Elas poderiam candidatar-se a subvenções de viagem para participar em fóruns importantes de GI. O mecanismo poderia incluir fontes de financiamento para as organizações da sociedade civil desenvolverem e manterem conhecimentos especializados em GI e apoiar atividades de investigação e elaboração de políticas.

A eficácia desse mecanismo de financiamento depende da adoção de modalidades de financiamento diversificadas e sustentáveis. Os fundos fiduciários multistakeholder, que recebem contribuições de governos, do setor privado e de organizações filantrópicas, oferecem uma abordagem colaborativa para a mobilização de recursos. Os fundos de dotação proporcionam uma fonte de rendimentos estável e a longo prazo, enquanto os programas de subvenções estruturados podem ter como meta atividades específicas, tais como viagens, investigação ou reforço das

capacidades. O recurso ao financiamento coletivo e às plataformas de financiamento entre pares pode diversificar as fontes de financiamento e cultivar o apoio da comunidade. As contribuições em espécie, tais como o acesso a espaços de reunião ou assistência técnica, também podem aliviar os encargos financeiros das organizações da sociedade civil.

Os centros regionais discutidos acima podem desempenhar um papel fundamental na maximização do impacto desse mecanismo de financiamento. Atuando como intermediários, eles podem garantir que os recursos sejam distribuídos de forma eficaz e equitativa em suas respectivas regiões. Seu profundo conhecimento dos contextos locais permite que eles ofereçam capacitação, orientação e assistência técnica com meta direcionada a novas organizações da sociedade civil. Os centros podem atuar como facilitadores do networking e da colaboração, promovendo um senso de comunidade e propósito comum. Além disso, podem gerenciar solicitações e distribuição de subvenções localizadas, tornando o processo mais acessível às organizações locais, e contribuir para os esforços de monitorização e avaliação, aumentando a prestação de contas e a transparência.

3.3 Desenvolver uma caixa de ferramentas de advocacia e promoção da inclusão digital

Propomos a criação de uma caixa de ferramentas abrangente que capacite as organizações da sociedade civil a defender a inclusão digital em seus contextos locais. Essa caixa de ferramentas deve incluir dados e estudos de caso sobre o impacto da exclusão digital. Também pode incluir modelos de políticas, estratégias de advocacia e recursos sobre redes comunitárias e soluções inovadoras de conectividade.

A caixa de ferramentas poderia incluir modelos prontos para uso em cartas a autoridades governamentais locais, comunicados à imprensa, campanhas nas redes sociais e slides de apresentação. Um guia básico de advocacy poderia dividir o processo de advocacy em etapas gerenciáveis. Também poderia fornecer um diretório de recursos com organizações e especialistas ativos em diferentes regiões. A caixa de ferramentas poderia oferecer suporte multilíngue para garantir a acessibilidade a diversas comunidades, incluindo acesso offline.

3.4 Lançar um programa de mentoria CSO-IG

Para preencher a lacuna de conhecimento e promover o desenvolvimento da liderança, recomendamos implementar um programa de mentoria estruturado que conecte profissionais experientes em GI com líderes emergentes de OSC. Esse programa poderia facilitar a transferência de conhecimento sobre questões técnicas e políticas, orientar a navegação por processos complexos de GI e promover relacionamentos e colaborações de longo prazo. Existem modelos na ICANN, no IGF e na Internet Society que podem servir como exemplos de boas práticas.

Além da transferência de conhecimento, o programa de mentoria poderia catalisar o desenvolvimento da liderança. Ele promove habilidades essenciais de planejamento estratégico, gestão de riscos e engajamento das partes interessadas, capacitando novos líderes de OSC a navegar com confiança pelos complexos processos de GI. Isso inclui desmistificar aspectos técnicos da GI, como criptografia de dados e controles de acesso, e fornecer orientações práticas sobre coleta, armazenamento e uso responsável de dados. Os mentores desempenham um papel fundamental em orientar os mentorados através das complexidades da conformidade regulatória e do

desenvolvimento de políticas internas, garantindo que eles compreendam e mitiguem os riscos potenciais associados ao gerenciamento de informações. Essa orientação prática é crucial para novas organizações da sociedade civil que muitas vezes lidam com recursos limitados e redes estabelecidas.

O programa poderia cultivar uma rede robusta de apoio e colaboração. Conectar novas organizações da sociedade civil com profissionais experientes promoveria relacionamentos de longo prazo e estabeleceria uma comunidade de prática. O programa deve enfatizar a acessibilidade e a contextualização, garantindo que atenda às diversas necessidades das novas organizações da sociedade civil, incluindo aquelas que operam em áreas remotas ou carentes.

3.5 Estabelecer uma plataforma de colaboração entre várias partes interessadas

Recomendamos o estabelecimento de uma plataforma colaborativa para ampliar o impacto das organizações da sociedade civil e impulsionar a formulação de políticas equilibradas. Essa plataforma poderia alcançar isso por meio de 1) diálogos regulares abordando questões críticas, 2) grupos de trabalho conjuntos para desenvolver soluções políticas concretas e 3) destaque de modelos bem-sucedidos de cooperação entre organizações da sociedade civil, governos e o setor privado.

A experiência combinada dos parceiros do projeto CADE, como a DiploFoundation, com seu fortalecimento de capacidades em GI global, e a advocacia da ECNL pelos direitos digitais, fornece uma base robusta para treinamento e mentoria. A vasta rede de organizações da sociedade civil da Forus e sua experiência na mobilização de organizações podem garantir que novas organizações da sociedade civil se integrem facilmente à plataforma e se conectem com seus pares.

A experiência regional da CIPESA e da KICTANet em políticas digitais africanas, juntamente com o foco da SMEX na região MENA e o foco da PICISOC nas ilhas do Pacífico, podem oferecer um conhecimento contextual inestimável, crucial para navegar por diversos cenários de GI. A experiência da Sarvodaya-Fusion em inclusão digital também pode orientar os esforços para garantir a participação equitativa, enquanto o foco da Karisma nos direitos digitais na América Latina contribui para a compreensão global das questões relacionadas aos direitos digitais.

Os parceiros da CADE podem fornecer treinamento meta sobre análise de políticas, estratégias de advocacy e processo técnico de GI. A plataforma pode facilitar o compartilhamento de conhecimento, permitindo que parceiros experientes orientem organizações da sociedade civil emergentes, construindo assim sua capacidade de participar de forma eficaz e influenciar a tomada de decisões de GI. Essa abordagem colaborativa capacita novas organizações da sociedade civil a se envolverem com confiança na GI.

3.6 Implementar uma iniciativa de engajamento da mídia liderada por OSCs

Recomendamos uma iniciativa colaborativa de mídia para aumentar a compreensão do público e elevar as perspectivas das organizações da sociedade civil. Essa iniciativa poderia centrar-se em

equipar as organizações da sociedade civil com habilidades de mídia, desenvolver recursos multimídia claros sobre temas complexos de GI e promover parcerias com jornalistas influentes nas áreas de tecnologia e políticas. Os parceiros do CADE trazem uma vasta experiência relevante neste campo. A expertise da DiploFoundation em diplomacia digital e comunicação pode ser fundamental para treinar as organizações da sociedade civil na elaboração de mensagens eficazes para a mídia e na navegação pelo complexo cenário midiático. A experiência regional pode adaptar as estratégias de mídia a contextos específicos, garantindo uma comunicação culturalmente relevante e impactante.

As iniciativas de envolvimento da mídia poderiam ser estrategicamente alinhadas com um calendário diversificado de eventos de GI e podem defender questões específicas que as organizações da sociedade civil estão priorizando em todas as regiões. Ao adaptar sua mensagem e atividades ao foco específico de cada evento, a iniciativa pode envolver de forma eficaz uma ampla gama de partes interessadas. No Mobile World Congress (MWC), a ênfase poderia ser no aproveitamento da tecnologia móvel para a inclusão digital, apresentando soluções inovadoras e envolvendo líderes do setor em seu papel na redução da exclusão digital. Enquanto isso, na RightsCon, o foco muda para a inclusão digital como um direito humano fundamental, destacando a discriminação digital e empoderando comunidades marginalizadas por meio de workshops e campanhas digitais.

A iniciativa da mídia deve manter uma mensagem central consistente de inclusão digital, adaptando sua abordagem para se adequar ao contexto único de cada evento. Esse alinhamento estratégico com diversos eventos de GI, combinado com advocacia baseada em dados e fortes parcerias com a mídia, garantiria que a iniciativa amplificasse de forma eficaz as vozes das OSCs e promovesse a inclusão digital em escala global.

3.7 Criar uma Força-Tarefa para tecnologias emergentes

Reconhecendo a necessidade crítica das organizações da sociedade civil compreenderem e influenciarem o impacto das tecnologias em rápida evolução, propomos a formação de uma Força-Tarefa dedicada. Essa Força-Tarefa poderia centrar-se em tecnologias emergentes, como IA, IoT e blockchain, com os objetivos de 1) produzir análises políticas acessíveis sobre suas implicações para a GI, 2) desenvolver a capacidade das organizações da sociedade civil por meio de treinamento direcionado e 3) facilitar o intercâmbio de conhecimento entre as organizações da sociedade civil e a comunidade técnica.

O estabelecimento de uma Força-Tarefa para tecnologias emergentes ofereceria às novas organizações da sociedade civil um caminho estratégico para conquistar um papel distinto e influente no complexo cenário da GI. Ao centrarem-se nas interseções específicas entre tecnologias emergentes, como IA, IoT e blockchain, e suas implicações para a GI, as organizações da sociedade civil podem desenvolver rapidamente conhecimentos especializados. Essa abordagem focada permite que as organizações da sociedade civil adquiram conhecimento aprofundado rapidamente.

A Força-Tarefa deve servir como uma ferramenta vital para o fortalecimento de capacidades, especialmente em comunidades carentes. Ela também pode atuar como uma ponte crucial entre os mundos técnico e político, facilitando a colaboração e a troca de conhecimento. Essa abordagem colaborativa permite que as organizações da sociedade civil tenham acesso a conhecimentos

técnicos, ampliem as vozes dos cidadãos e desenvolvam propostas políticas alternativas que reflitam melhor as necessidades de suas comunidades. Esses esforços fortalecem as redes de organizações da sociedade civil e reforçam sua capacidade de influenciar as decisões políticas.

A Força-Tarefa pode aumentar significativamente a capacidade de uma nova OSC de garantir fontes de financiamento e recursos. Os financiadores estão cada vez mais interessados em apoiar projetos inovadores que abordem as implicações éticas e sociais das tecnologias emergentes. Essa abordagem estratégica para a mobilização de recursos garante a sustentabilidade e a eficácia a longo prazo das iniciativas das OSCs.

4. Conclusão

A análise do envolvimento das organizações da sociedade civil no processo de GI destaca uma interação complexa de desafios e oportunidades, revelando que, embora tenha havido progresso, a jornada rumo a uma GI verdadeiramente inclusiva ainda está em andamento. A Linha de Base e as Recomendações apresentam recomendações e áreas que requerem atenção. Em algumas regiões, as organizações da sociedade civil enfrentam restrições crescentes, o que dificulta sua capacidade de operar livremente e participar. Portanto, é essencial defender a proteção e a expansão do espaço cívico, garantindo que as organizações da sociedade civil possam contribuir sem medo de represálias.

Reconhecemos a força e a diversidade das organizações da sociedade civil que atuam nas áreas de governança da internet, e o estudo de mapeamento reforçou isso. O estudo de mapeamento conseguiu reunir dados e insights amplos e aprofundados de nossos principais especialistas entrevistados e pesquisas subjacentes. Essa extensa pesquisa e o conjunto de conhecimentos das organizações da sociedade civil revelam um imenso poder das organizações da sociedade civil que nem sempre é óbvio nos documentos existentes, que tendem a centrar-se em questões específicas com algumas interconexões. Nossas recomendações são resultado dessa sabedoria coletiva. Elas devem sua importância ao trabalho atual e às aspirações futuras das organizações da sociedade civil, portanto, algumas dessas recomendações podem parecer familiares.

No entanto, a pesquisa “Mapeamento do envolvimento das organizações da sociedade civil em processo multilateral e multissetorial de governança da Internet” tem uma amplitude de mapeamento que permite uma compilação das contribuições das OSCs que apresenta um tecido, um todo, em vez dos fios e linhas que frequentemente encontramos. Esperamos que a profundidade e amplitude desses dois documentos motivem e mobilizem todos nós da sociedade civil a melhorar nosso trabalho colaborativo em um momento em que isso é extremamente essencial.

As recomendações para fortalecer a participação das organizações da sociedade civil nos fóruns de GI no Sul Global são essenciais e oferecidas em diferentes contextos. Mecanismos de financiamento sustentáveis são fundamentais, e o apoio financeiro consistente e confiável é essencial para que as organizações da sociedade civil mantenham um envolvimento sustentado nas discussões e na tomada de decisões sobre GI. Isso garantirá que as vozes da sociedade civil não sejam silenciadas devido a limitações de recursos, permitindo contribuições contínuas e significativas.

Em segundo lugar, iniciativas de capacitação são cruciais para preencher as lacunas de conhecimento técnico que impedem a participação das organizações da sociedade civil. Essas iniciativas devem centrar-se em desmistificar discussões técnicas complexas e capacitar as organizações da sociedade civil para fazerem contribuições eficazes para os debates em torno de tecnologias emergentes, como a IA. Isso não só aumentaria sua capacidade de navegar nos fóruns de GI, mas também abordaria os desequilíbrios de poder que surgem da disparidade técnica. Simultaneamente, as reformas do processo de GI devem priorizar a inclusão e a representação diversificada. Isso implica a criação de plataformas e mecanismos acessíveis que incentivem a

participação de organizações da sociedade civil de diversas origens e regiões, garantindo que as vozes das comunidades marginalizadas sejam ouvidas e consideradas.

Em terceiro lugar, é vital apoiar a formação de coalizões e o compartilhamento de conhecimento entre as organizações da sociedade civil. A colaboração estratégica permite que as organizações da sociedade civil ampliem seu impacto, superem as limitações de recursos e naveguem pelo cenário complexo dos fóruns de GI de forma mais eficaz. Ao promover redes e plataformas para o intercâmbio de conhecimento, as organizações da sociedade civil podem construir força e influência coletivas. Por fim, é essencial integrar os princípios de localização e descolonização em todos os aspectos da GI. Isso requer uma mudança de paradigma em que as estruturas de GI reflitam os contextos e prioridades únicos do Sul Global, reconhecendo e respeitando os diversos valores culturais e sociais. Ao priorizar essas recomendações, as organizações da sociedade civil podem pavimentar o caminho para um ecossistema de GI que reflita genuinamente as diversas necessidades e aspirações dos usuários globais da internet, promovendo, em última instância, um futuro digital mais inclusivo e empoderador para todos.

Além disso, a mídia desempenha um papel fundamental na divulgação de informações e na conscientização do público sobre as questões de GI, mas as organizações de mídia são frequentemente sub-representadas nos fóruns de GI. Devem ser feitos esforços para incentivar e facilitar ativamente o seu envolvimento, reconhecendo a sua contribuição única para o discurso público. Melhorar a prestação de contas e a transparência é fundamental para garantir que o processo de GI seja genuinamente inclusivo e eficaz. Isso envolve o estabelecimento de mecanismos claros para a monitorização e avaliação do impacto da participação das OSCs, bem como garantir que o processo de tomada de decisão seja aberto e acessível ao público.

Além disso, é fundamental promover abordagens interseccionais. As questões de GI estão interligadas com várias preocupações sociais, econômicas e políticas. Portanto, é essencial considerar as diversas necessidades e experiências de diferentes grupos, incluindo mulheres, jovens e comunidades marginalizadas. Por fim, a ênfase na alfabetização digital é um componente essencial do empoderamento das organizações da sociedade civil. A alfabetização digital permite uma melhor navegação nos espaços de GI e apoia uma melhor interação com as comunidades que as organizações da sociedade civil representam.